

ENTREVISTA CON

## Raquel Kariri

### “O meu lugar no jornalismo é como encantadora de serpentes”

#### APRESENTAÇÃO

Raquel Kariri, pertencente ao povo KaririII, do bioma Caatinga, na Chapada do Araripe, no sítio Campo AlegreIII, município do Crato (CE). Nascida no Sopé Chapada do Araripe – uma região que faz parte da FLONA - Floresta Nacional do Araripe –, é uma pesquisadora ousada que transita entre a comunicação, o jornalismo e a antropologia. Ela é graduada em jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba, em 2002, período em que ainda inexistia políticas afirmativas para presença indígena no Ensino Superior. A indígena atua como comunicadora popular, difundindo e pesquisando sobre as narrativas, epistemologias e modos de vida das comunidades nativas do semiárido brasileiro, da Caatinga. Atualmente, é colunista de do portal Afoitas, onde escreve principalmente sobre a Caatinga, crises e mudanças climáticas. Seu trabalho – tão importante para a formação de uma identidade do jornalismo no Brasil – é destacado por meio desta entrevista, que busca compreender os temas identidade, espaço público, trajetória ancestral e prática profissional. Nesta conversa, Raquel reflete sobre as trajetórias coletivas que muitos indígenas percorrem no campo acadêmico e profissional, especialmente na pesquisa em comunicação. Apesar das diferenças geográficas entre entrevistador (do bioma Amazônia) e entrevistada (do bioma Caatinga), suas experiências, inquietações e desafios se cruzam. O diálogo aqui registrado só foi possível porque Raquel trouxe à tona questões que apenas uma troca entre indígenas poderia capturar com tamanha profundidade.

**Ykaruní Nawa<sup>I</sup>: Qual a sua trajetória como pesquisadora e como militante e como essas duas dimensões da sua vida se interligam?**

Raquel Kariri: A minha pesquisa é basicamente sobre minha vida. Ela acontece aqui no Cariri cearense, nas comunidades rurais da Chapada do Araripe, de onde sou, nasci e fui criada. As pessoas e personagens com os quais dialogo para a pesquisa são da minha comunidade – também são de outras comunidades – mas também são da minha comunidade. Essa pesquisa é uma forma de reparação ancestral, espiritual e epistêmica.

Desde muito cedo sei a que lado do mundo pertencço. Durante muito cedo, esse Apartheid que a colonização produziu e os dispositivos de colonialidade perpetuam até hoje operaram na minha existência e na existência da minha comunidade para sabermos que não éramos igual.



<sup>I</sup> Indígena do povo Nawa/Kapanawa, da Terra Indígena Nawa, no Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD), jornalista, mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN-UFRJ) e doutorando pelo mesmo programa e universidade.

<sup>II</sup> Segundo Raquel, o que chamamos de Kariri é, na verdade, uma vasta “nação” indígena, grupos que circulavam no grande território ancestral que vai desde a Chapada do Araripe até o Médio São Francisco, cruzando o Ceará, Pernambuco, Paraíba e Bahia. A Chapada do Araripe é, historicamente, território ancestral de um grande entroncamento de povos que foram chamados “Tapuyos”, entre eles estão os povos Kariri. Quando se fala Kariri, portanto, pode ser Kariú-Kariri, Isu-Kariri, Xukuru-Kariri, Kariri-Xokó.

<sup>III</sup> O Sítio Campo, de onde Raquel Pertence, não é uma Terra Indígena, nos moldes de reconhecimento pelo Estado Brasileiro. Porém, a formação do sítio seria algo próximo do que nós, indígenas, entendemos como nossa comunidade e/ou aldeia.

Tenho algumas memórias, por exemplo, que entram na pesquisa, sobre a “frente de emergência”. Ela era uma lógica de ocupar aquela mão de obra barata, que devido à seca – estou falando dos agricultores familiares – perderam tudo: suas lavouras. Era da ordem do horror, porque as pessoas não ganhavam dinheiro para trabalhar; elas trabalhavam o dia todo por comida: feijão, arroz, farinha e margarina.

Esses dispositivos da colonialidade sempre estiveram muito presentes na minha vida, sinalizando de que nós não éramos do mesmo tipo das outras pessoas: para nós era o pior. Era a visão de que nós éramos “ignorantes”, “sem cultura”, “sem destinos”, “sem história”, “os retirantes”, “pessoas meio loucas que saem pelo mundo fugindo da seca”.

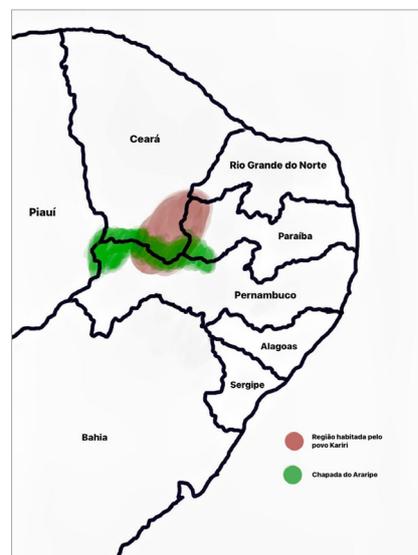
Quando fui crescendo, isso produziu em mim a vontade, a cisma e a indignação para que eu dissesse: “não! Não permito que isso se prolongue assim”. Quero contar uma outra história deste território, da Caatinga, deste território chamado “Semiárido”, desses povos. Quero contar uma outra história e não admito que isso siga dessa forma. Desde a graduação que persigo isso. E isso começa a tomar corpo quando entro na Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), como estagiária, como uma futura jornalista.

A ASA – grande articulação de mais de 3.000 organizações de todo o semiárido – me dá o aporte teórico e vivencial, porque a partir dela conheci a minha comunidade; conheci o Cariri cearense. E aí começo a conhecer os Semiáridos e as Caatingas, que são muitas e diversas. Começo a ser muito inserida e a percorrer os muitos territórios catingueiros do semiárido, dentro da militância da agroecologia, dentro da militância dos pequenos agricultores.

Até então eu não tinha uma leitura política, uma leitura existencial, de quem eu era e que minha família é indígena; porque nós passamos por um processo de apagamento muito grande. A minha família morava em um pé de serra – como em muitas comunidades do Cariri cearense – e eu via as coisas acontecendo. Nós tínhamos as rezadeiras, a roça, toda uma cosmologia dos nossos encantados; tínhamos as nossas vivências; não existia, até hoje, [a autopercepção] de que somos indígenas; somos pessoas “nativas”. Se você for no pé de Serra, você não vai encontrar [indígenas]. As pessoas vão dizer que “são do sítio”. Esses sítios da Chapada do Araripe são aldeamentos naturalizados como comunidades rurais.

As pessoas saem do Vale; sobem a Serra, devido às guerras de colonização, e elas se estabelecem milenarmente na Chapada do Araripe, na zona rural. Eu tinha as minhas cismas, desde criança, tinha minhas dúvidas, questionamentos: porque me olhava no espelho e dizia: nós não somos brancos; não somos negros. Porém, não existia essa conversa. A conversa que existia era que éramos “do sítio”. Tive que suspender as naturalizações com as quais fui criada; tive que suspender para começar a fazer as perguntas; perguntas que não tinham respostas verbais; as respostas estavam nas práticas daquelas pessoas; nas práticas da minha avó de fazer o rezo pra lua; nas práticas do meu pai, de saber fazer a leitura da chuva (adivinhar chuva) e me ensinar; como se anda na mata; como que sabe que vem chuva, quais os indicadores [da chuva].

Passei a me perguntar: não por nada, mas acho que um holandês não vai saber desses conhecimentos daqui. Quem será que detém esses saberes?! Tive de olhar para as práticas daquela família e o processo de violência que resultou no memoricídio e no apagamento étnico daquela família. Como comecei a fazer essas perguntas e olhar para o meu território dessa



forma, foi aí que veio a grande explosão de coisas. Está na nossa cara, mas o processo de violência é tão terrível, que realmente nos coloca em coma.

Os meus passos começaram a enveredar pelo processo de retomada ancestral e começo a reivindicar esses saberes nativos e milenares. A minha pesquisa<sup>IV</sup>, portanto, dá nome a esses agricultores familiares. Eles deixam de ser apenas agricultores familiares e reivindico os lugares de indígenas, de nativos, até mesmo meus entrevistados que se reivindicam caboclos, porém, dentro, agora, de uma lente, de uma torção ancestral. Porque parece que todo mundo caiu da lua. Todo mundo é chamado de vaqueiro; todo mundo é chamado de rezador, menos indígenas.

Se eu não fosse da comunidade, seria mais difícil fazer essas constatações; primeiro, por conta do apagamento; segundo, por conta do constrangimento. Por muito tempo me senti constrangida de me colocar nesse lugar [de indígena]. Porque a força da colonização é tão forte; porque traz a carga de que se não sou uma pessoa aldeada, não tenho legitimidade para dizer que sou nativa/indígena.

Por muito tempo me senti muito constrangida. Conheço muitas pessoas que têm histórias similares às minhas; pessoas que fizeram a diáspora indígena e que dizem: não vou reivindicar esse lugar; não vou adentrar esse lugar porque tenho medo de ser “cancelado”. As pessoas preferem ficar no lugar de “negro de pele clara”. Já ouvi muita gente dizendo que tem medo de ser cancelada. Tenho essa coragem porque sou da comunidade, porque minhas vivências são reais, não invento, foi o que aprendi e aprendo, porque até hoje é onde moro: em Campo Alegre.

Me parece que também entra em jogo a questão fenotípica: minha cara bate com o que é esperado de mim. Se eu fosse uma pessoa de pele clara, lógico que eu não estaria nessa “retomada”. Como meu fenótipo e da minha família é o que a branquitude espera, ou que o projeto colonial espera, tenho mais ousadia.

Acredito que todos nós trazemos uma contribuição maravilhosa. Quando nossos corpos chegam nesse lugar [de pesquisadores na universidade] e eles começam a falar, a terra começa a tremer. Chegamos de um lugar que tem tanta força, verdade, autenticidade, legitimidade; às pessoas começam a passar mal. Chegamos de um lugar muito forte. Chegamos de outros lugares, com outras energias, trazendo nossas egrégoras espirituais, as egrégoras dos nossos biomas, que colocam em xeque esse a noção de conhecimento universal<sup>V</sup>

### **Como os espaços de engajamento e militância envolvendo o seu povo e sua atuação em espaços públicos se interligam?**

Aqui no Cariri existe uma efervescência de retomadas. A retomada mais antiga fica em Poço Dantas (Paraíba); na comunidade Chico Gomes; na cidade de Brejo dos Santo (Paraíba), do povo Isu Kariri; um núcleo familiar, que está comunidade do Marreco ou aldeia Marrecas, no município de Lavras da Mangabeira (Ceará) e a retomada que está tendo na cidade de Juazeiro do Norte (Ceará), na Serra do Catolé.

Em um dado momento, eu (Raquel), Gean Alex e Manoel Leandro<sup>VI</sup>, nos unimos, e criamos a Escola de Ancestralidade Kariri, porque a gente estava muito interessado em fazer a salvaguarda de todos nossos conhecimentos. Nós queríamos produzir podcasts, filmes, que comessem a narrar a trajetória dessas retomadas. No início de 2023, surge a Escola de Ancestrali-

<sup>IV</sup>. O título da pesquisa de doutorado de Raquel Kariri é: “*Caatinga o pensamento: quando pessoas, plantas e bichos falam*”. É uma pesquisa que está localizada na região do Cariri cearense, no Nordeste do Brasil, e que pretende investigar as relações multiespécies entre pessoas, plantas e bichos da Caatinga e como esses seres em diálogo produzem conhecimento e modos de vida de resistência ao capitalismo.

<sup>V</sup>. A entrevistada tratou sobre como a experiência na Caatinga contribui para que ela tenha legitimidade para falar sobre mudanças climáticas, temperaturas extremas e escassez de recursos.

<sup>VI</sup>. Os dois citados por Raquel Kariri são fundadores da escola de ancestralidade. Eles são dois mestres de tradição da região Cariri cearense. Manoel Leandro é “meizinheiro” (detentor dos conhecimentos tradicionais de ervas), mateiro, brincante e mestre da cultura popular; também participa do Grupo Urucongo de Artes. Gean Alex é pedagogo, mestre em educação, mestre brincante da cultura popular e presidente da ONG Aldeias Ponto de Cultura do Ministério da Cultura.

dade Kariri, que circula entre as comunidades, fazendo podcast, fotografias e nós fazíamos essas costuras, inclusive com outros parentes de outros lugares. Cada comunidade dessas tem suas especificidades. Por exemplo, Poço Dantas tem um trabalho mais vinculado com as mulheres; em Brejo Santo tem um trabalho mais forte com a educação; Chico Gomes tem um trabalho maior com a cultura. Todo mundo no mesmo território, mas cada um se movendo a partir de seus pertencimentos. A pesquisa se alimenta dessa circulação, das alianças produzidas, da nutrição, que vem com as conversas nos territórios e nos espaços políticos. Por exemplo, uma das pessoas com quem dialogo na pesquisa é o senhor Raimundo Isu-Kariri. A pesquisa se aproximou dele a partir dessas costuras. Vou dialogando com as pessoas, vou me nutrindo e o senhor Raimundo – que é cacique – foi uma das pessoas que se colocou na conversa comigo como pesquisador: eu falava sobre minha pesquisa e ele falava sobre a pesquisa dele, que é também esse lugar de observação da natureza e da relação sensível entre os muitos seres e isso foi para dentro da pesquisa.

### **Como foi que começou a sua apresentação para fora – em espaços públicos –, não só como pesquisadora, mas como indígena também?**

Tudo começou porque aqui no Cariri, onde tem um Seminário de Saberes Indígenas – produzido pelos parentes indígenas – que se originou puxado pela Universidade, pela comunidade Poço Dantas. No início da minha retomada, minha primeira aparição foi quando fui convidada para este seminário. Fui falar justamente desse lugar das ausências: como é que em um território, onde massivamente as pessoas acreditam que não existe pessoas indígenas, conseguimos romper com esse pensamento?

Quando comecei a falar, as pessoas começaram a se identificar com as coisas que eu trazia; talvez porque eu trazia as minhas vulnerabilidades. Comecei a dizer que me reconhecia como indígena fazia pouco tempo, que estava compreendendo a minha trajetória e a da minha família. E fico vulnerável nesse lugar; às vezes tenho constrangimentos – e não sei muito o que fazer com isso; às vezes me encolho; às vezes vou para frente. Minha trajetória de militância dentro do Cariri nas comunidades agricultoras, nas comunidades ancestrais do Cariri, me legitima também.

Então, as pessoas me conhecem bastante aqui; elas sabem quem sou, porque tenho uma longa caminhada dentro dessas militâncias da agroecologia, da agricultura familiar, dentro do movimento de mulheres; dentro do meu território, essas pautas me legitima e foi a escola de ancestralidades que me impulsionou para fora. Foi a partir da escola de ancestralidades – pensada em ser algo para nós mesmos, nossos parentes do território e das comunidades – que as pessoas começaram a nos ouvir, ouvir o nosso podcast, a ver os nossos vídeos.

A escola de ancestralidade teve uma repercussão no Sudeste brasileiro. Muitas pessoas vinham até nós, porque queriam saber de onde a família veio, tinham curiosidade e queriam saber mais sobre as origens. Nós nunca imaginávamos que ia ter essa repercussão, sobretudo pelo tema da diáspora indígena. O nosso trabalho começa a projetar a nossa imagem em lugares que a gente não imaginava, que a gente não esperava, porque a gente não contava com os filhos e netos da diáspora, que estavam muito interessados nas suas histórias. Em resumo, primeiro começa um trânsito da imagem on-line; em segundo, sou chamada para sair daqui do Cariri e ir para outros lugares.

E, novamente, estou em um lugar privilegiado: sou uma doutoranda; também falo de um outro lugar – de um lugar onde sou ouvida e legitimada, não pelo meu corpo, mas pelo lugar de legitimação que a branquitude dá a esse espaço chamado Universidade.

Sei que a minha experiência, que a minha jornada tem um peso, mas sei também que o espaço legitimado pela branquitude legitima tudo o que falo. Começo a circular dentro da Universidade e dentro dos espaços acadêmicos por causa desse espaço legitimado pela branquitude, que é o doutorado. E tudo isso é importante porque sabemos que a educação é ainda um dos poucos lugares que nos restam como mobilidade: financeira, espacial<sup>VII</sup>.

Fiz o doutorado de propósito, porque eu estava cansada de falar e não ser ouvida. Eu refletia: o que preciso para ser ouvida? É um doutorado? Agora sou ouvida! É estratégico mesmo!

Já escutei de uma liderança do meu estado algo constrangedor, invalidando meu posicionamento por afirmar que sou uma “autodeclarada”, e isso me dói demais. Fiquei me perguntando: tenho culpa do processo colonial? Tenho que me retirar desse lugar de indígena porque o lugar de onde venho não casa com o que o Estado determinou enquanto pessoa indígena?!

Sei que preciso ter tato ao falar sobre identidade, mas existem coisas que prolongam a violência colonial. Existem coisas que precisam ser faladas e converso com tantas pessoas em um lugar de tanto sofrimento.

### **Como a prática profissional se interliga com a sua trajetória, os espaços de militância e a sua pesquisa?**

Na prática jornalística, tenciono esses temas nas colunas que escrevo, nas palestras que dou, na minha pesquisa. Então tudo isso vai para o jornalismo tencionando esses temas e também propondo novas leituras. Aqui no Cariri, nós estamos em uma discussão de que existem povos indígenas nesta região, que somos Kariri; ainda estamos dentro desse lugar de reivindicação da nossa existência. Em outros lugares, o meu tensionamento vai ser a respeito do meu bioma: que a Caatinga existe.

Primeiramente, as pessoas não entendem que a Caatinga é uma floresta. Elas não entendem esse bioma; acham que é preciso cortar toda a floresta, colocar umas torres eólicas. Não adianta falar da Caatinga nos espaços nas minhas matérias, nas minhas colunas, trazendo denúncia, porque as pessoas não têm empatia, já que a Caatinga é o oposto absoluto do fetiche colonial das florestas tropicais, das grandes florestas verdes, dos rios largos e maravilhosos que nunca secam, daquelas copas que se olha 360° e não sai de vista. O fetiche colonial produziu a ideia de floresta mítica: a floresta tropical. A nossa floresta (Caatinga) é o absoluto oposto do fetiche colonial. Por conta disso, sofremos um processo de racismo e apagamento extremamente fortes. Portanto, o jornalismo não vai ser capaz de mobilizar recursos e atenção a partir somente da denúncia. O jornalismo que faço é uma tentativa de sedução. É no jornalismo que tenho a possibilidade de encantar, de ativar uma magia, para que as pessoas olhem, pelo menos crie uma dúvida, nem se que seja um pouco, de forma diferente para esse bioma, floresta, povos catingueiros, semiáridos, nativos, indígenas, desse território.

O que está por trás do jornalismo – nas colunas que escrevo, nos textos publicados, nos documentários que faço – é a reparação epistêmica, ancestral e espiritual; é uma tentativa de inserir mundos dentro de outro mundo,

<sup>VII</sup> A conversa com Raquel me fez reforçar a reflexão que temos ao afirmar que os diplomas nos deixam falar, porque os “brancos” valorizam bastante o papel. Eu sei que estou em um espaço extremamente importante para dentro do meu território e os brancos só conseguem me escutar porque eu uso esse lugar de presença no “doutorado”. Isso quer dizer que não basta ter legitimidade do território; é preciso também ter legitimidade com um documento deles, que confirme esse “ter conhecimento”.

de ampliar o mundo e as possibilidades de mundos, porque sei que existe pouca empatia para nós indígenas jornalistas.

O meu lugar no jornalismo não é de embate, porque vou sempre perder – esse lugar é completamente falido para mim; o meu lugar no jornalismo é como encantadora de serpentes, de ativações mágicas, para que algo se produza nesse encontro de mundos. Quando trago minha magia, quando trago as minhas palavras, as minhas letras, aí aposto que algo vai se dar certo nesse encontro de mundos. É uma aposta; é uma invocação de um feitiço; o jornalismo como um dispositivo mágico. Aposto nesse feitiço; é esse meu lugar.

Vejo o jornalismo como dispositivo mágico. Ao ser leitora de Isabelle Stengers<sup>viii</sup>, tenho introjetado muito as noções de cosmopolítica de um lugar onde é possível aproximarmos muitos campos de conhecimento sem que esses conhecimentos criem hierarquização. Faço uma aposta num jornalismo por vir, numa comunicação por vir, em que é possível que nós – pessoas indígenas, negras ou racializadas – possamos abrir um campo em que tudo é possível, em que os muitos diálogos são possíveis; os muitos mundos são possíveis. Não tenho preocupação com o jornalismo hegemônico, ou que o jornalismo que faço se torne algum tipo de hegemonia, porque estou muito mais interessada em povoar o mundo; povoar o campo do jornalismo e alargar. Estou mais interessada em ser uma agricultora: semeando, abrindo e alargando.

Fiquei mais tranquila quando percebi nesse lugar que posso atuar no jornalismo, porque sabemos como o jornalismo no Brasil ainda é muito enrijecido. Percebo que tem muitas pessoas interessadas em dissolver essa rigidez, ou pelo menos colocar um pouco de água para reduzir esse enrijecimento e acredito que tem muitos esperando por nós indígenas.

---

*Entrevista efectuada por  
Ykaruní Nawa*

**Pour citer cet article, to quote this article, para citar este artigo :**

Ykaruní Nawa, « Entrevista con Raquel Kariri. “O meu lugar no jornalismo é como encantadora de serpentes” », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne, online], Vol 14, n°1 - 2025, 15 juin - june 15 - 15 de junho - 15 de junio.

URL : <https://doi.org/10.25200/SLJ.v14.n1.2025.662>

<sup>viii</sup>. Raquel está relembrando o texto “A proposição cosmopolítica”, da professora de Filosofia das Ciências da Universidade Livre de Bruxelas (ULB). O texto apresenta a cosmopolítica de Isabelle Stengers, que critica a visão universalista da ciência moderna e propõe a inclusão de múltiplos saberes e formas de existência na tomada de decisões. Em vez de buscar consenso, a cosmopolítica valoriza o diálogo entre diferentes mundos, respeitando suas singularidades e promovendo uma convivência mais justa e inclusiva. Outros trabalhos da mesma autora são “Uma outra ciência é possível: manifesto por uma desaceleração das ciências” (2013) e “No Tempo das Catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima” (2009).

Entrevista com / Entretien avec / Entrevista con / An Interview with  
Raquel Kariri

**Pt.** Este artigo apresenta a trajetória de Raquel Kariri, comunicadora, jornalista e pesquisadora indígena do povo Kariri, originária do bioma da Caatinga, na Chapada do Araripe (CE). A partir de uma entrevista em primeira pessoa, Raquel articula memória, vivência e pesquisa para refletir sobre os processos de apagamento e retomada identitária que marcaram sua história e a de sua comunidade. Sua atuação integra comunicação, jornalismo e antropologia, e tem como eixo a reparação epistêmica, ancestral e espiritual dos povos nativos do semiárido brasileiro. Graduada em jornalismo em um período anterior às políticas afirmativas para indígenas no ensino superior, Raquel desenvolveu sua prática profissional e militante junto à Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) - uma rede com mais de 3.000 organizações da sociedade civil que atuam pelo desenvolvimento sustentável e a justiça social no semiárido brasileiro - onde aprofundou o conhecimento sobre os territórios da Caatinga e suas comunidades. Com a criação da Escola de Ancestralidade Kariri, passou a registrar e valorizar saberes locais por meio de podcasts, vídeos e colunas jornalísticas, promovendo o reconhecimento da presença indígena em regiões historicamente invisibilizadas, como o Cariri cearense. Ao narrar sua experiência como mulher indígena em espaços acadêmicos e midiáticos, Raquel denuncia os efeitos persistentes da colonialidade e da negação da identidade indígena, especialmente entre aqueles que, como ela, passaram por processos de memoricídio e apagamento étnico. Sua pesquisa se ancora em vínculos afetivos e territoriais, desafiando as fronteiras entre sujeito e objeto, academia e comunidade. Por fim, Raquel propõe um jornalismo como dispositivo mágico, capaz de encantar, sensibilizar e ampliar mundos possíveis. Sua prática comunicativa se constrói como uma aposta cosmopolítica, enraizada na terra e voltada à construção de um jornalismo por vir — diverso, plural e insurgente.

**Palavras-chave:** comunicação indígena ; identidade ; Caatinga ; jornalismo e ancestralidade ; epistemologias do Sul

**Fr.** Cet article retrace le parcours de Raquel Kariri, communicante, journaliste et chercheuse autochtone du peuple Kariri, originaire du biome de la Caatinga, dans la Chapada do Araripe (État du Ceará, Brésil). À partir d'un entretien en première personne, Raquel articule mémoire, expérience vécue et recherche afin de réfléchir aux processus d'effacement et de réappropriation identitaire ayant marqué son histoire et celle de sa communauté. Son engagement croise les champs de la communication, du journalisme et de l'anthropologie, autour d'un axe central : la réparation épistémique, ancestrale et spirituelle des peuples natifs du semi-aride brésilien. Diplômée en journalisme à une époque antérieure à la mise en place des politiques publiques d'inclusion des populations autochtones dans l'enseignement supérieur, Raquel a construit sa trajectoire professionnelle et militante au sein de Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), un réseau de plus de 3 000 organisations de la société civile qui œuvrent pour le développement durable et la justice sociale dans le semi-aride brésilien. C'est dans ce cadre qu'elle approfondit sa connaissance des territoires de la Caatinga et de ses communautés. Avec la création de l'École d'Ancestralité Kariri, elle entreprend de documenter et valoriser les savoirs locaux à travers des podcasts, des vidéos et des chroniques journalistiques, contribuant ainsi à rendre visible la présence autochtone dans des régions longtemps niées, telles que le Cariri cearense. En partageant son expérience en tant que femme autochtone dans les sphères académique et médiatique, Raquel dénonce les effets persistants de la colonialité et la négation des identités indigènes, notamment chez celles et ceux ayant subi des processus de memoricide et d'effacement ethnique. Sa recherche s'enracine dans des liens affectifs et territoriaux, remettant en question les frontières entre sujet et objet. Enfin, Raquel conçoit le journalisme comme un dispositif magique, capable d'enchanter, de sensibiliser et d'élargir les mondes possibles. Sa pratique se veut une démarche cosmopolitique, enracinée dans la terre, au service d'un journalisme à venir — pluriel, insurgé et profondément ancré dans les savoirs du Sud.

**Mots-clés :** communication autochtone ; identité ; Caatinga ; journalisme et ancestralité ; épistemologies du Sud

**Es.** Este artículo presenta la trayectoria de Raquel Kariri, comunicadora, periodista e investigadora indígena del pueblo Kariri, originaria del bioma de la Caatinga, en la Chapada do Araripe (estado de Ceará, Brasil). A partir de una entrevista en primera persona, Raquel articula memoria, experiencia vivida e investigación para reflexionar sobre los procesos de borrado y de reapropiación identitaria que han marcado su historia personal y la de su comunidad. Su actuación se sitúa en la intersección entre la comunicación, el periodismo y la antropología, y tiene como eje central la reparación epistémica, ancestral y espiritual de los pueblos originarios del semiárido brasileño. Graduada en periodismo en un período anterior a la implementación de políticas de acción afirmativa para los pueblos indígenas en la educación superior, Raquel desarrolló su práctica profesional y militante en el marco de la *Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)*, una red compuesta por más de 3.000 organizaciones de la sociedad civil que trabajan por el desarrollo sostenible y la justicia social en el semiárido brasileño. En este contexto, profundizó sus conocimientos sobre los territorios de la Caatinga y sus comunidades. Con la creación de la Escuela de Ancestralidad Kariri, pasó a registrar y a valorizar los saberes locales por medio de podcasts, vídeos y columnas periodísticas, promoviendo el reconocimiento de la presencia indígena en regiones históricamente invisibilizadas, como el Cariri cearense. Al narrar su experiencia como mujer indígena en espacios académicos y mediáticos, Raquel denuncia los efectos persistentes de la colonialidad y la negación de las identidades indígenas, particularmente entre quienes, como ella, han vivido procesos de memoricidio y borrado étnico. Su investigación se fundamenta en vínculos afectivos y territoriales, desafiando las fronteras entre sujeto y objeto. Finalmente, Raquel propone un periodismo entendido como dispositivo mágico, capaz de encantar, sensibilizar y ampliar los mundos posibles. Su práctica comunicativa se construye como una apuesta cosmopolítica, enraizada en la tierra y orientada hacia la construcción de un periodismo por venir: diverso, plural e insurgente.

**Palabras clave:** comunicación indígena ; identidad ; Caatinga ; periodismo y ancestralidad ; epistemologías del Sur

**En.** This article presents the trajectory of Raquel Kariri, an Indigenous communicator, journalist, and researcher from the Kariri people, originally from the Caatinga biome in the Chapada do Araripe (Ceará State, Brazil). Through a first-person interview, Raquel weaves together memory, lived experience, and research to reflect on the processes of erasure and identity reclamation that have shaped her life and that of her community. Her work lies at the intersection of communication, journalism, and anthropology, grounded in a central commitment to epistemic, ancestral, and spiritual reparation for the native peoples of Brazil's semi-arid region. Raquel earned her degree in journalism before the implementation of public policies promoting Indigenous inclusion in higher education. She went on to build her professional and activist trajectory within the *Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)*, a network of over 3,000 civil society organizations dedicated to sustainable development and social justice in Brazil's semi-arid region. Within this context, she deepened her knowledge of the Caatinga territories and their communities. With the creation of the Kariri School of Ancestrality, she began documenting and valorizing local knowledge through podcasts, videos, and journalistic columns, helping to make visible the Indigenous presence in historically silenced regions such as the Cariri area of Ceará. By sharing her experience as an Indigenous woman in both academic and media spaces, Raquel denounces the ongoing effects of coloniality and the denial of Indigenous identities, especially among those who, like herself, have endured processes of memocide and ethnic erasure. Her research is rooted in affective and territorial bonds, challenging the boundaries between subject and object. Ultimately, Raquel envisions journalism as a magical device—capable of enchanting, moving, and expanding the realm of possible worlds. Her communicative practice emerges as a cosmopolitical proposition, rooted in the land and oriented toward a journalism to come—diverse, insurgent, and deeply grounded in the knowledges of the South.

**Keywords:** Indigenous communication ; identity ; Caatinga ; journalism and ancestrality ; Southern epistemologies